

Em face de uma perspectiva conservadora: entre a liberdade do *Livro dos Espíritos* e a manutenção de um *status quo* da cultura brasileira

In the face of a conservative perspective: between the freedom of the *Book of Spirits* and the maintenance of a *status quo* in Brazilian culture

Antônio Carlos Coelho¹

Resumo: O espiritismo brasileiro, quando introduzido no século XIX, foi amplamente considerado uma proposta progressista e emancipadora. Baseado nas ideias de Allan Kardec, o espiritismo visava conciliar ciência, filosofia e religião, promovendo o progresso moral e intelectual da humanidade. Contudo, ao longo do tempo, observou-se que muitos segmentos do movimento espírita no Brasil passaram a adotar posturas mais conservadoras, especialmente em questões relacionadas às mudanças sociais e políticas. O objetivo deste estudo é investigar as motivações e influências que sustentam essa ruptura entre o espiritismo de caráter progressista do *Livro dos Espíritos* e sua adaptação conservadora no Brasil. A questão central que buscamos compreender é como e por que essa dualidade se manifesta. Para isso, utilizamos uma metodologia baseada em levantamento bibliográfico, priorizando discursos e estudos relevantes, além de uma consulta sistemática a referências especializadas. Uma conclusão importante deste trabalho é a identificação de uma tendência conservadora na prática dos valores espíritas, que ajusta o discurso kardequiano, desviando o foco da transformação social cotidiana e cidadã para uma evolução espiritual futura, legitimando, no presente, a preservação de estruturas e valores considerados essenciais para a estabilidade social.

Palavras-chave: Modernidade. Kardecismo. Individualismo. Conservadorismo.

Abstract: Brazilian spiritualism, when introduced in the 19th century, was widely considered a progressive and emancipatory proposal. Based on the ideas of Allan Kardec, spiritualism aimed to reconcile science, philosophy and religion, promoting the moral and intellectual progress of humanity. However, over time, it was observed that many segments of the spiritist movement in Brazil began to adopt more conservative stances, especially on issues related to social and political changes. The objective of this study is to investigate the motivations and influences that support this rupture between the progressive spiritism of the *Book of Spirits* and its conservative adaptation in Brazil. The central question we seek to understand is how and why this duality manifests itself. To do this, we use a methodology based on bibliographical research in media networks, prioritizing relevant speeches and studies, in addition to a systematic consultation of specialized references. An important conclusion of this work is the identification of a conservative tendency in the practice of spiritist values, which adjusts the Kardequian discourse, shifting the focus from everyday social and civic transformation to future spiritual evolution, legitimizing, in the present, the preservation of structures and values considered essential for social stability.

Keywords: Modernity. Kardecism. Individualism. Conservatism.

¹ Mestre em Ciências da Religião pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais; Pós-Graduado em História Cultural e da Arte pela Universidade Federal de Minas Gerais e Graduado em História pelo Centro Universitário Newton. E-mail: coelhomil@hotmail.com.

Introdução

O Livro dos Espíritos, sistematizado por Allan Kardec na França em 1857, será abordado como fonte central nesta pesquisa. A obra, que tem como objetivo promover e incentivar a busca pelo conhecimento e a evolução moral e intelectual dos indivíduos, consolida uma filosofia de caráter racionalista e progressista, servindo como alicerce para reflexões acerca da espiritualidade e do desenvolvimento humano.

Este trabalho investiga a maneira como o espiritismo brasileiro se posiciona entre as influências de valores culturalmente conservadores e os ideais progressistas de *O Livro dos Espíritos*. Essa interação resultou em uma hermenêutica adaptativa à realidade social brasileira, frequentemente contrastando com os princípios originalmente apresentados na sistematização “kardequiana”.

Inicialmente, discutiremos a modernidade iluminista, marcada pela valorização da razão, do progresso científico e da autonomia individual, que transformou as estruturas sociais e políticas ocidentais. Esse movimento de emancipação intelectual gerou reações contrárias, levando ao surgimento de uma corrente conservadora como resposta.

Em seguida, analisaremos como o espiritismo no Brasil, embora mantenha elementos progressistas como a evolução espiritual, a vida após a morte e a reencarnação, também incorporou traços da cultura local, adotando uma visão tradicional em questões sociais, morais e familiares, frequentemente alinhada à cultura conservadora.

Por fim, o movimento espírita brasileiro enfrenta tensões sociais e políticas crescentes, amplificadas por discursos autoritários de governantes. Muitos espíritas têm apoiado essas posições, reforçando uma aparente neutralidade coletiva da religião, enquanto individualmente adotam posturas que, por vezes, contradizem os princípios espíritas de caridade, justiça social e evolução moral.

A Modernidade, em sua ação globalizante na sociedade

O iluminismo ocidental, movimento cultural e intelectual, emergiu na Europa no século XVII e se intensificou no século XVIII, período em que ocorreu uma notável transformação na forma como a sociedade europeia enxergava o mundo e a si mesma. As concepções iluministas defendiam que o uso da razão era a maneira mais eficaz de compreender o mundo e propagar o saber.

Filósofos como Voltaire (1694-1778), Rousseau (1712-1778) e Kant (1724-1804), entre outros, trouxeram novas concepções sobre razão, liberdade intelectual e mobilidade social. Cada um apresentou visões distintas, mas complementares, desafiando as verdades estabelecidas e as interpretações religiosas do mundo.

Kant via a razão como um motor do progresso humano, tornando-os cada vez mais racionais e autônomos, abrangendo a razão não como uma capacidade cognitiva apenas, mas um caminho essencial para alcançar a autonomia, a liberdade e a própria emancipação individual, permitindo que eles se tornassem agentes morais e conscientes de suas responsabilidades avançando em direção a uma sociedade mais justa e pacífica.

Enquanto Rousseau distinguia entre a liberdade natural, que todos os seres humanos possuem, e a liberdade civil, que é garantida por uma sociedade justa. Ele acreditava que a razão poderia guiar as pessoas a entenderem que a verdadeira liberdade não é apenas a ausência de restrições, mas a participação ativa na construção de leis que refletem a vontade geral.

Para combater a intolerância religiosa que se manifestava através da perseguição a minorias, censura e repressão de ideias, Voltaire defendeu a razão como um meio de promover a tolerância e a convivência pacífica entre diferentes crenças e ideologias, além de advogar a separação entre Igreja e Estado.

Em outro ponto, o filósofo francês Condorcet (1743-1794), em seu *Esboço de um quadro histórico dos progressos do espírito humano*, afirmou que o avanço da ciência e da moralidade, por meio da educação, levaria a uma sociedade mais justa e equitativa. Foi um forte defensor do sufrágio universal, acreditando que a participação política de todos garantiria a justiça social.

O pensador em questão defende a necessidade de uma educação laica e baseada nas descobertas científicas, afirmando que a religião não deve interferir no comportamento e nas estruturas sociais. Ele afirma que os educadores devem ser guiados por uma valorização do conhecimento humano e que ela deveria ter mais importância que a fé, além de ser o guia da humanidade na direção do progresso.

A partir dessa perspectiva, emergem movimentos que, embora reconheçam a utilidade da razão, defendem que ela deve estar ancorada em fundamentos mais profundos, como a tradição, a religião, a família e a moralidade. Nesse contexto, o conservadorismo se apresenta como um ideal que privilegia uma forma de conhecimento

orientada pela continuidade e pela estabilidade, evitando rupturas bruscas. Para esses movimentos, a razão pura, dissociada de tais pilares, seria insuficiente para compreender plenamente as complexidades sociais e humanas.

Nisbet (1913 – 1996) sugere que essas forças conservadoras, em suas manifestações históricas, atuaram principalmente para preservar ou restaurar formas tradicionais de poder e ordem social. O “conservadorismo” (Nisbet, 1987, p. 45), dessa maneira, busca proteger as bases da sociedade antiga, resistindo às mudanças mais radicais trazidas por movimentos progressistas ou revolucionários.

A agitação conservadora se destaca como um movimento político autoritário e ultranacionalista em resposta à rápida modernização. Segundo Ferreira & Botelho (2010), o conservadorismo emerge como uma reação aos ideais do Iluminismo e às transformações sociais e políticas resultantes da Revolução Francesa e da Revolução Industrial.

O iluminismo é responsabilizado, pelo pensamento conservador, pelas crises políticas, econômicas e de identidade que emergiram no início do século XX. Esse pensamento busca, portanto, destruir os valores da modernidade, utilizando as ferramentas e habilidades que esta mesma modernidade proporcionou. Além disso, enfatiza a preservação das formas tradicionais de vida e organização social, cuja origem remonta à Idade Média.

A produção de conhecimento a partir de um ponto de vista conservador, então, incorpora uma abordagem que valoriza a razão, mas dentro de limites impostos pela experiência acumulada e pela prudência. O filósofo Edmund Burke (1729-1797) argumenta que as instituições e os valores culturais de uma sociedade não deveriam ser radicalmente transformados ou descartados pela razão, mas que a reforma deveria ser gradual e baseada em precedentes históricos e, como revoluções, poderiam trazer caos e desordem. Para o autor, a preservação da hierarquia social e do respeito às tradições eram fundamentais para manter uma sociedade justa e funcional.

Este movimento conservador considera a razão uma ferramenta útil, mas que deve estar sempre fundamentada em princípios mais profundos, como a moralidade, a tradição e a experiência histórica. Dessa forma, promove uma forma de conhecimento que evita rupturas abruptas e valoriza a estabilidade, reconhecendo que a razão isolada pode não abranger a totalidade das complexidades humanas e sociais.

A razão é vista como uma “imperfeição humana” (Coutinho, 2014, p.34), sendo limitada e falível, incapaz de compreender e controlar todas as nuances da vida social e política. Assim, o conservadorismo se opõe ao iluminismo, que valoriza a razão como um meio de progresso e transformação social, argumentando que confiar exclusivamente na razão pode ser perigoso e levar à desordem.

Diante dos avanços conservadores, surgiram movimentos (Tocqueville, 1982; Burke, 1982; Mosca, 1982; Hirschman, 1992; Le Bon, 2005;) que buscavam preservar os valores e as estruturas tradicionais que estavam sendo corroídas pela modernidade. Esses movimentos, em geral, eram contrários às ideias de liberdade individual, secularismo e igualdade social, defendendo, em vez disso, a manutenção da ordem social baseada na hierarquia, na autoridade e nas tradições religiosas.

Como o *Livro dos Espíritos*, oriundo de uma corrente racionalista e iluminista, foi compreendida no Brasil?

A Liberdade versus o *status quo*: a hermenêutica espírita na Terra Brasilis

O espiritismo, sistematizado por Hippolyte Léon Denizard Rivail (1804 – 1869), sob o pseudônimo de Allan Kardec, em meados do século XIX, se desenvolveu em um contexto influenciado pelos ideais iluministas de racionalidade, progresso moral e a busca pelo conhecimento científico, mas também incorporou aspectos espirituais que o distinguiram das correntes materialistas dominantes da época.

Embora não seja diretamente ligado ao espiritismo, Kant (1724-1804), em sua obra *Crítica da Razão Pura*, influenciou a separação entre fé e razão, defendendo que o conhecimento racional deveria ser a base para a compreensão da realidade. O *Livro dos Espíritos*, em sua abordagem metodológica e na busca por explicar fenômenos espirituais, também reconhece que a razão deve nortear a compreensão da vida e da espiritualidade.

Em sua análise sistemática, o compêndio kardequiano, propõe que esta busca evolutiva seja conectada a um progresso moral e espiritual. Conforme a obra espírita o ser humano não se encontra apenas em um processo de evolução intelectual, material e social, mas também moral e espiritual.

Conforme nos esclarece a questão 802 do Livro dos Espíritos

Visto que o Espiritismo tem que marcar um progresso da humanidade, por que não apressam os Espíritos esse progresso, por meio de

manifestações tão generalizadas e patentes, que a convicção penetre até nos mais incrédulos? R. Desejaríeis milagres; mas Deus os espalha a mancheias diante dos vossos passos e, no entanto, ainda há homens que o renegam. Conseguiu, porventura, o próprio Cristo convencer os seus contemporâneos, mediante os prodígios que operou? Não conheceis presentemente alguns que negam os fatos mais patentes, ocorridos às suas vistas? Não há os que dizem que não acreditariam, mesmo que vissem? Não; não é por meio de prodígios que Deus quer encaminhar os homens. Em sua bondade, Ele lhes deixa o mérito de se convencerem pela razão (Kardec, 2013, p. 252).

Podemos compreender que o espiritismo kardequiano pode ser interpretado como uma síntese das ideias iluministas e positivistas, em uma tentativa de unir a racionalidade científica com a espiritualidade. Esta concepção pode ser percebida pelo método científico e pela racionalidade para estudar fenômenos considerados espirituais, criando um ensinamento que procura fornecer explicações lógicas e coerentes para questões relacionadas à vida após a morte, à reencarnação e à evolução espiritual. Elementos intrinsecamente transformadores, pois desafiam dogmas religiosos e introduzem uma perspectiva filosófica baseada na razão e no progresso contínuo.

Com a afirmação da vida após a morte, esclarece-se a existência continua além do plano material, o que amplia a visão da vida e valoriza ações com impacto ético e espiritual. Com um princípio de justiça e aprendizado contínuo, a reencarnação se apresenta com uma rejeição às condenações eternas dos espíritos, oferecendo oportunidades renovadas de crescimento. Por fim, a evolução espiritual apresenta uma ideia de que todos estão em constante progresso moral e intelectual, o que implica uma visão otimista e universalista do destino humano.

A proposta do *Livro dos Espíritos* fixa que

o estado de natureza é a infância da humanidade e o ponto de partida do seu desenvolvimento intelectual e moral. Sendo perfectível e trazendo em si o gérmen do seu aperfeiçoamento, o homem não foi destinado a viver perpetuamente no estado de natureza, como não o foi a viver eternamente na infância. Aquele estado é transitório para o homem, que dele sai por virtude do progresso e da civilização. A lei natural, ao contrário, rege a humanidade inteira e o homem se melhora à medida que melhor a compreende e pratica (Kardec, 2013, p. 244).

Neste ponto da análise, a obra busca promover o desenvolvimento da humanidade, incentivando-a a sair de um estado intelectual infantil por meio de seu aperfeiçoamento. Da mesma forma, nos convida a refletir sobre a necessidade de o ser

humano abandonar sua “menoridade”, conforme conceituada pelo filósofo Kant (1985, p. 100), que se refere ao processo de libertação da condição de tutela e da incapacidade de pensar e agir de forma independente.

Respeitando as diferentes perspectivas, pode-se concluir que, em ambos os casos, a emancipação é entendida como um processo de desenvolvimento e crescimento que conduz o ser humano a uma condição mais elevada. Para Kant (2001, p. 349), o progresso é intelectual e ético, guiado pela razão; para a sistematização kardequiana, é moral e espiritual, resultante tanto da razão quanto das experiências adquiridas ao longo de diversas encarnações.

Assim como os iluministas questionaram as tradições supersticiosas e dogmáticas, o *Livro do Espírito*, por meio de sua sistemática, buscou desmistificar a espiritualidade por meio de uma abordagem investigativa e racional. Allan Kardec (1804 – 1869), organizou a obra com base em perguntas e respostas sobre temas espirituais, buscando explicar fenômenos e a natureza da vida espiritual de forma lógica e acessível, fundamentada em observações e diálogos com médiuns.

Do mesmo modo, construiu um método que combina teoria e experimentação, que era aplicável em diversos campos do conhecimento. O *Livro dos Espíritos* une ciência, filosofia e religião, promovendo a ideia de que o progresso moral e intelectual dos indivíduos é contínuo, através de múltiplas reencarnações, e que a razão deveria ser a base para compreender a espiritualidade e os fenômenos espirituais, promovendo uma fé racional, que pudesse ser analisada e discutida de forma lógica.

Ao invés de aceitar a fé como algo cego ou inquestionável, ela deveria ser submetida ao “crivo da razão” (Kardec, 2003, p. 210), ou seja, ser avaliada de acordo com princípios racionais e evidências experimentais. Nesse sentido, a proposta espírita integra a investigação científica dos fenômenos espirituais com a prática da fé, tornando-a mais acessível ao pensamento crítico e ao diálogo com outros campos do saber.

Pelo conteúdo do *Livro dos Espíritos* restabelece

ao Espírito o seu verdadeiro papel na criação, constatando a superioridade da inteligência sobre a matéria, apaga naturalmente todas as distinções estabelecidas entre os homens segundo as vantagens corpóreas e mundanas, sobre as quais o orgulho fundou castas e os estúpidos preconceitos de cor (Kardec, 1861, p. 297).

Essas distinções, citadas anteriormente, que são muitas vezes a base de preconceitos, diferenças e discriminação, são dissolvidas pela compreensão de que o espírito é verdadeiro e eterno, e, não, suas vantagens temporárias ou físicas. Assim, o orgulho que fundamenta desigualdades e discriminações sociais é enfraquecido quando se adota uma visão espiritualizada de vida, promovendo a igualdade entre todos.

Portanto, não há vácuo para espírito quando a vida do ser humano desaparece. As grandes maravilhas de sua história continuam, é a ideia central do *Livro dos Espíritos*, pois o espírito não é afetado pelas aparentes limitações temporárias e superficiais da matéria.

No Brasil, o *Livro dos Espíritos* foi introduzido na segunda metade do século XIX, com grande impacto na capital imperial, o Rio de Janeiro. No livro *Espiritismo à brasileira*, Sandra Stoll ao analisar a religião, percebe que o espiritismo foi bem aceito nas áreas mais urbanas e progressistas, próxima da proposta original francesa, como Rio de Janeiro e São Paulo, uma aceitação que dialogava com ciência e filosofia. Já nas áreas mais rurais e interioranas, o espiritismo foi, em muitos casos, absorvido de maneira mais conservadora, onde tradições religiosas e hierarquias sociais tinham forte influência.

Do mesmo modo, o compêndio, na análise de Aubrée; Laplantine (2009), também encontrou um terreno culturalmente diversificado, onde práticas religiosas populares, como o catolicismo popular e as tradições africanas e indígenas, já estavam enraizadas. O espiritismo, então, passou por um processo de sincretismo e adaptação, suavizando suas bases racionalistas e progressistas para se alinhar melhor com o caráter conservador e religioso da sociedade.

Uma cultura profundamente estabelecida à preservação de uma ordem social, como observado por Caio Prado Júnior (1907 – 1990) em *Formação do Brasil Contemporâneo* e Gilberto Freyre (1900 - 1987) em *Casa-Grande & Senzala*. Os autores oferecem importantes análises como essa força se manifestou ao longo da história, revelando um padrão de resistência às transformações sociais e políticas que marcou profundamente o desenvolvimento do Brasil

Esta concepção valoriza uma “diversidade típica do individualismo e rejeita a igualdade como um objetivo da política” (Matos, 2017, p. 1). Fato este que representa “um poderoso fator de inibição para uma radicalização democrática dos limites sociais e institucionais do liberalismo” (Salles, 2012, p. 37). No entanto, este conservadorismo se

distingue da mentalidade conservadora europeia, pelas suas singulares “feições conciliatórias” (Mercadante, 1965, p. 11).

De acordo com Mercadante (1965), a consciência conservadora no Brasil é formada pelas elites que aderem a algumas inovações tecnológicas e econômicas, mas se opõem a mudanças sociais mais profundas que possam ameaçar a estrutura de poder vigente. Essas mudanças, na verdade, atuam para manter as coisas como estão, mas de forma eficaz para frear as agendas progressistas.

Sob essa perspectiva da cultura do Brasil, as reflexões de Fernando Ortiz (1881–1969), oferecem importantes *insights* para compreender as dinâmicas da cultura conservadora brasileira, utilizando o conceito de transculturação, para entender a formação e a persistência de uma cultura que gera um conservadorismo e se adapta e resiste ao mesmo tempo.

O conceito de transculturação, originalmente proposto pelo antropólogo cubano Fernando Ortiz (1881–1969), refere-se ao processo em que diferentes culturas se encontram e se transformam mutuamente. Ao contrário da ideia de aculturação, que sugere a dominação de uma cultura sobre outra, a transculturação propõe um processo mais dinâmico e dialógico, no qual as culturas se influenciam e se modificam reciprocamente.

Adaptando o conceito de transculturação para analisar a dinâmica cultural contemporânea do Brasil, Renato Ortiz, em seu livro *Cultura Brasileira e Identidade Nacional*, destaca um país caracterizado pela mestiçagem, hibridismo e constante interpenetração de culturas. O autor explora como a modernidade e os processos globais influenciam a formação da cultura brasileira, onde elementos tradicionais e modernos coexistem, criando uma complexa interação entre o local e o global.

Embora o autor, acima referenciado, não aborde diretamente o conservadorismo no sentido ideológico tradicional, sua obra expõe como determinados aspectos conservadores estão enraizados na formação dessa identidade nacional, que buscam preservar tradições e hierarquias.

Por meio das feições conciliatórias, o kardecismo brasileiro, em contraste com os princípios progressistas de sua base doutrinária, iria frequentemente adotar posturas alinhadas a valores conservadores brasileiros em questões como família, moralidade sexual e hierarquia social. Esse fenômeno evidencia as tensões típicas da transculturação,

onde uma doutrina estrangeira e seus ensinamentos foram adaptados ao contexto social e cultural, equilibrando tanto elementos conservadores quanto liberais.

Segundo Stoll (2002, p. 368), não há dúvidas de que o imaginário e as práticas católicas influenciaram significativamente o espiritismo francês, impactando de forma decisiva sua expressão no Brasil. Esse processo resultou em uma religião de cunho tradicionalista, marcada por fortes características cristãs.

Com o advento do Código Penal de 1890 (Giumbelli, 1997, p. 210 – 212), que passou a criminalizar o curandeirismo no seu artigo 158, que definia como crime ministrar ou prescrever substâncias de qualquer origem natural como meio curativo. Isto posto, proibindo práticas religiosas consideradas mágicas ou supersticiosas, incluindo o espiritismo, a umbanda e o candomblé, que eram vistas como ameaças à ordem social e cultural da época, os princípios progressistas espíritas de sua base doutrinária serão novamente provocados.

Neste momento a dualidade progressista-conservadora, pode ser vista não só como um reflexo das tensões internas brasileiras, mas, também, dentro do movimento espírita, entre a proposta filosófica e científica, que busca preservar o caráter racional e progressista com foco na transformação individual e social; e a religiosa, voltada para práticas devocionais e valores conservadores, buscando diálogo com a cultura católica e a moral tradicional.

Nesse cenário, pós Código Penal de 1890, um dos paradoxos polêmicos foi a inserção do espiritismo como um crime contra a saúde pública. “Sendo, portanto, seus praticantes mercedores de perseguições, repressões e sanções penais. Mesmo após a instituição da liberdade religiosa no país com a proclamação da República” (Gomes, 2011, p. 2306).

O espiritismo brasileiro precisou encontrar maneiras de adaptar e legitimar suas práticas perante a sociedade e o Estado. A ênfase em valores cristãos e em uma moral conservadora, inicialmente promovida pelas interpretações dos textos de Jean-Baptiste Roustain (1805–1879) e, posteriormente, reforçada por Chico Xavier, pode ser vista como uma resposta à repressão enfrentada. Ao alinhar-se ao cristianismo e destacar princípios como a caridade, a resignação e a moralidade, o espiritismo buscava se tornar mais aceitável em um contexto político e cultural adverso.

A matiz perceptivelmente católica, da religião espírita brasileira é consequência da incorporação de um dos pilares fundamentais da cultura religiosa ocidental “a noção cristã de santidade” (Stoll, 2002, p. 369), na persona de Francisco Cândido Xavier (1910 – 2002) - Chico Xavier - que configura nesse contexto. Sendo, o principal responsável pela consolidação da “feição católica” (Stoll, 2002, p. 370) de que se revestiu o espiritismo no Brasil.

A postura conservadora, não é uma questão religiosa, como analisa Michael Oakeshott (1901-1990) e Edmund Burke (1729-1797), mas, trata-se de uma escolha, uma conduta humana. Envolve uma postura em relação à mudança, que valoriza a preservação de estruturas, valores e instituições vistas como essenciais para a estabilidade social. Dessa forma, o conservadorismo não descarta a razão, mas defende que ela deve ser harmonizada com outros elementos, como os costumes, as tradições e a religião.

Os autores consideram o conservadorismo como uma postura em relação à vida e à sociedade que se fundamenta na prudência, no respeito às tradições e na rejeição de mudanças abruptas. Para eles, o conservadorismo serve como um meio de preservar a pensada ordem social, os valores culturais e as instituições que sustentam a estabilidade humana.

Entre a liberdade e a manutenção de um certo *status quo*, essa questão está relacionada à tensão entre a busca pela emancipação individual (liberdade) e a necessidade de conformidade social (*status quo*) que moldaram o espiritismo em sua trajetória brasileira.

O espiritismo, em sua essência, destaca princípios como a autonomia moral, a evolução espiritual e a busca pelo conhecimento fundamentado na razão. No contexto brasileiro, o *status quo* é caracterizado pelo conservadorismo moral, pelas fortes tradições religiosas católicas e pela necessidade de conquistar legitimidade social.

O *status quo* brasileiro, marcado pelo conservadorismo moral, pelas tradições religiosas católicas e pela busca de legitimidade social, exigiu do espiritismo uma adaptação conciliatória para assegurar sua sobrevivência, aceitação e legitimação. Embora fundamentado em uma base progressista, o espiritismo no Brasil ajustou-se às expectativas culturais ao incorporar ideias de cunho conservador. Essa adaptação pode ser interpretada como uma restrição à plena realização dos ideais de liberdade e

emancipação individual presentes na doutrina kardecista, privilegiando a acomodação em detrimento de uma transformação moral mais profunda.

O discurso relacional entre a doutrina do *Livro dos Espíritos* e os praticantes por meio de

assujeitamento, ou seja, ocorre sujeição dos sujeitos ao discurso, na mesma proporção que os discursos aos indivíduos. Uma relação de poder, onde as partes envolvidas se relacionam de modo dialético. [...]. No caso estudado, essa busca se concretiza via discursos escritos na codificação de Kardec e os livros ditos como acessórios, publicações de Chico Xavier e Divaldo Franco, por exemplo, bem como recorrendo ao carisma de seus líderes, sempre baseados em um ensino que reproduz os modos acadêmicos. Esse fenômeno pode ser observado nas palestras públicas. Que funcionam como aulas, ou em cursos semanalmente ofertados nas instituições espíritas (Pereira, 2020, p. 237).

Embora os cultos espíritas possam educar os participantes sobre questões espirituais, isso não necessariamente resulta em um compromisso ativo com a cidadania. A prática de valores espíritas pode ser vista como individualista, focando na evolução pessoal em vez de uma transformação social mais ampla.

Para que os cultos espíritas atuem como catalisadores de transformação cidadã, é essencial fortalecer a conexão entre os ensinamentos espirituais e as questões sociais contemporâneas, retomando às raízes do espiritismo francês codificados por Allan Kardec.

À luz dos escritos de Michael Oakeshott (1901–1990) e Edmund Burke (1729–1797), o discurso espírita no Brasil adota uma abordagem filosófica que enfatiza a prudência, a moderação e o respeito às tradições. Essa visão busca, entre seus adeptos, preservar a ordem social e os valores considerados fundamentais para a convivência humana, como Deus, Pátria e Família.

O processo de mudança, por sua vez, nesta hermenêutica espírita pode ser visto como gradual e sutil, dialogando com os ensinamentos do *Livro dos Espíritos*. Em vez de promover transformações drásticas, a hermenêutica da religião espírita brasileira busca adaptações que respeitam a tradição, resultando em um progresso que é, muitas vezes, tímido, lento e em vidas futuras.

A religião espírita brasileira adota o conservadorismo como uma abordagem à vida individual, promovendo uma ideia liberal que valoriza a tradição e a ordem social.

Essa perspectiva prioriza uma liberdade individual hierarquizada, em vez de uma liberdade ampla e coletiva.

Ao contrário da liberdade interpretativa que caracteriza a hermenêutica do *Livro dos Espíritos*, o espiritismo no Brasil adota uma postura mais conciliar a postura política conservadora em relação à ordem social. Em vez de promover mudanças radicais ou rápidas, tende a buscar um equilíbrio, evitando conflitos ou rupturas bruscas com o *status quo*.

Seus discursos e práticas são voltados para uma transformação gradual e moderada da sociedade, fazendo com que as mudanças propostas sejam sutis e muitas vezes imperceptíveis. Esse caminho escolhido reflete uma adaptação ao contexto social brasileiro, preservando a ordem existente enquanto promove progressos de forma lenta.

Sem dúvida, o Espiritismo sistematizado possui uma concepção progressista e emancipadora. No entanto, fica a questão: como esses ensinamentos foram adaptados ao contexto cultural brasileiro?

Deus, Família e Pátria e suas implicações para a Fé Conservadora Espírita

Com o fim do Império do Brasil, a república marcou um período de intensa transformação cultural e política no país, em que ideias de progresso, ciência e racionalidade ganharam destaque. Houve uma constante tensão entre modernidade e arcaísmo. Os princípios da democracia representativa contrastavam com as práticas clientelistas, patriarcais e patrimonialistas do setor vitorioso da elite civil, que continuava a exercer influência significativa sobre o cenário político e social.

Como argumenta Sérgio Buarque de Holanda (1902 - 1982), a cultura política do Brasil estava profundamente enraizada em tradições arcaicas, que se chocavam com os ideais de modernidade. De modo semelhante, Gilberto Freyre (1900 - 1987) observa que as relações de poder no país, influenciadas por estruturas patriarcais e clientelistas, continuaram a moldar a sociedade brasileira. Ambos os autores, apesar de abordagens distintas, identificam no conservadorismo brasileiro uma elite que resiste a transformações mais profundas, sustentando uma ordem social baseada em privilégios históricos e heranças culturais.

O processo republicano, conduzido pela elite vencedora, foi caracterizado pela importação de ideias estrangeiras, frequentemente desconectadas da realidade nacional.

Contudo, devido à complexidade da formação social brasileira, houve resistência a mudanças abruptas que pudessem desestabilizar o equilíbrio social. Nesse cenário, buscou-se um meio-termo: adaptar o repertório estrangeiro à tradição nacional, de modo a preservar a estabilidade sem romper drasticamente com os valores e as estruturas locais.

A sistematização kardequiana, com sua abordagem mais racional e ética, contrastou com o conservadorismo brasileiro, que valoriza a continuidade histórica e se alicerça em instituições como a religião e a família, pilares que historicamente moldaram a fundação e sustentação da ordem social tradicional na nação brasileira.

Embora o *Livro dos Espíritos* e seus ensinamentos, tenha origens progressistas e racionalistas, a adaptação brasileira foi marcada por uma assimilação de valores tradicionais. Médicos, militares e funcionários públicos, comumente defensores de ordem, disciplina e manutenção de estruturas sociais, incorporaram elementos espirituais ao seu cotidiano, mas muitas vezes de forma a legitimar e preservar a estabilidade social e moral vigente. Isso gerou um espiritismo com forte traço conservador, em contraste com sua proposta original de transformação moral e social.

A partir do exposto, pode-se identificar uma particularidade no movimento espírita brasileiro: embora a obra kardecista tenha se consolidado como a base desse movimento, outro contemporâneo francês conquistou um espaço significativo dentro dessa corrente espírita, especialmente entre os integrantes da Federação Espírita Brasileira (FEB), para combater o código penal de 1890.

Jean-Baptiste Roustaing (1805 – 1879), conhecido por sua obra *Os Quatro Evangelhos*, influenciou adeptos e suas ideias, encontrou um público menor, mas significativo e importante no espiritismo brasileiro. A obra foi especialmente promovida por figuras como Antônio Luiz Sayão (1829 – 1903), Bezerra de Menezes (1831-1900), e Eurípedes Barsanulfo (1880 – 1918) entre outros, cujos atos atestam o predomínio do sentimento religioso à razão crítica, a obra de Roustaing (2021) possibilita uma reflexão que torna a tradição religiosa católica universal, livrando-os, por um momento, do racionalismo kardequiano, inclusive dentro da Federação Espírita Brasileira.

Segundo Lewgoy em *A transnacionalização do espiritismo kardecista brasileiro: uma discussão inicial*, com o advento da República o espiritismo brasileiro enfrentou problemas de legitimação, interposto pela Igreja Católica e estado republicano. A prática espírita foi criminalizada, sendo enquadrada nos artigos 156, 157 e 158 do Código

Penal de 1890, que trata de crimes contra a saúde pública, sendo, portanto, seus praticantes merecedores de perseguições, repressões e sanções penais.

Conforme apresentado por Gomes (2011, p. 2305), o caráter repressivo do regime republicano foi marcado por um “conservadorismo aristocrático ou oligárquico” das elites republicanas, que buscavam viabilizar novas formas de manutenção da hierarquia e da ordem social. Além disso, esse conservadorismo tinha como objetivo criar mecanismos de administração e controle dessa ordem, garantindo a continuidade de seus interesses e poder no novo sistema político.

A obra racional e ética do Livro dos Espíritos foi, em certa medida, ofuscada pela influência dos textos de Jean-Baptiste Roustaing (1805 – 1879), particularmente pela FEB. Ao adotar as interpretações místicas deste autor, buscou uma visão dos ensinamentos cristãos que se alinhava melhor com o sistema social católico conservador do Brasil legitimando o espiritismo brasileiro.

A “cristologia fluídica” proposta por Roustaing (2021, p. 160), trata Jesus e os Evangelhos de maneira mais espiritualizada e metafísica, em que Jesus teria possuído um corpo fluídico, ou seja, não físico, materializado temporariamente para cumprir sua missão na Terra. Essa concepção sugere que Cristo não experimentou a vida e o sofrimento humano da mesma forma que os demais seres, pois seu corpo era formado por um “fluido perispiritual” Roustaing (2021, p. 185), imune às limitações materiais. Essa visão se distancia dos ensinamentos do *Livro dos Espíritos*, que defendia uma interpretação mais próxima da humanidade plena de Jesus.

Essa escolha, pela FEB, pode ser vista como uma estratégia para garantir aceitação e legitimidade social no Brasil, pois, em vez de promover uma ruptura com a ordem estabelecida, o espiritismo roustainguista permitia uma acomodação, adaptando-se às expectativas da sociedade da época, mas sacrificando parte da clareza racional que caracterizava o espiritismo kardequiano.

Essa busca por legitimidade também pode ser entendida como um processo de negociação cultural. O espiritismo não apenas resistiu à repressão, mas adaptou seus discursos e práticas para se inserir no imaginário social como uma expressão religiosa séria e compatível com os valores predominantes. Assim, o conservadorismo adotado pelo movimento espírita durante esse período não era apenas uma herança doutrinária, mas uma escolha estratégica para garantir sua continuidade e relevância.

A seu modo, a FEB, promoveu ambas as obras, buscando uma adequação da doutrina espírita ao cenário nacional, com ênfase na doutrina roustainguista. Esta doutrina consistia na preservação da hierarquia e da ordem divina, abordando questões como Deus, família e pátria dentro de uma visão de evolução gradativa das almas. Roustaing (2021, p. 220) defendia que a hierarquia social e espiritual fazia parte do plano divino, no qual cada ser humano passava por um processo de aperfeiçoamento moral, respeitando sua posição e papel na sociedade.

Por certo, este caminho escolhido pela FEB, não foi pacificado por todos os seus membros, José Herculano Pires (1914 – 1979), destacou-se como um defensor fervoroso da pureza doutrinária do espiritismo conforme os ensinamentos de Allan Kardec. Sua oposição à FEB é particularmente significativa, pois reflete tensões internas no movimento espírita brasileiro, marcadas por diferenças doutrinárias e interpretações divergentes.

Em seu livro *O Verbo e a Carne: Duas Análises do Roustainguismo*, argumenta que a doutrina de Roustaing representa uma distorção do espiritismo kardecista, fazendo duras críticas desta aproximação do espiritismo de Roustaing ao catolicismo dogmático, afirmando que ele promove um retorno ao maravilhoso e ao Cristo místico, divino tanto no espírito quanto no corpo. Para o autor, essa abordagem “resgata as ilusões de uma religião lírica que, segundo ele, confortava seus seguidores desde a infância, mas se distancia dos princípios racionais e progressistas defendidos pelos textos kardecista”. (Pires; Filho, 1972, p. 66).

A dualidade progressista-conservadora no espiritismo brasileiro é, ao mesmo tempo, uma força e uma limitação. Enquanto força, permitiu que o espiritismo dialogasse com diferentes segmentos da sociedade brasileira, conciliando modernidade e tradição, razão e fé, ciência e religião. Em sua limitação, criou tensões internas e uma falta de unidade na identidade espírita, dificultando a consolidação de uma postura mais crítica e progressista frente aos desafios sociais.

A FEB, seguindo a doutrina de Roustaing, conseguiu crescer no Brasil sem desafiar a ordem dominante, evitando tensões sociais. A obra de Jean-Baptiste Roustaing foi essencial para esse processo, aproximando o espiritismo das tradições místicas do catolicismo. Assim, o espiritismo brasileiro se adaptou ao contexto conservador e cultural do país, sem provocar grandes rupturas com as estruturas de poder.

A questão central, como destaca Alonso (2002), é que a conduta conservadora que orienta o país se baseia em uma transformação social gradual. Essa abordagem visa promover mudanças significativas para a evolução da sociedade, sem romper abruptamente com as estruturas tradicionais que garantem estabilidade e ordem social, sendo guiados por um modelo conservador que visa a manutenção do *status quo*.

Enquanto a FEB e suas associações adotam um “discurso de neutralidade” (Miguel, 2020, p. 87), em sua individualidade, diante da desorganização social, os espíritas buscam a manutenção de uma sociedade hierarquizada, fundamentada no respeito a Deus e às Leis, com ênfase na prevalência dos direitos de propriedade, essa linha de pensamento favoreceu a adaptação do repertório do *Livro dos Espíritos* à tradição conservadora nacional.

Para ilustrar esse discurso neutro, os livros *A Caminho da Luz* (1939) e *O Consolador* (1941), do espírito Emmanuel, psicografados pelo médium Francisco Cândido Xavier, destacam a importância da transformação interior e da aceitação das dificuldades como processos essenciais para o crescimento humano e espiritual.

Nessas obras, crises e desafios da vida são entendidos como convites à transformação moral e à iluminação interior, reforçando a ideia de que o progresso individual e coletivo acontece gradualmente, por meio da superação de obstáculos e do amadurecimento. Da mesma forma, incentivam a aceitação das dificuldades como oportunidades de aprendizado e evolução, promovendo as mudanças necessárias para a evolução do espírito.

No entanto, esses discursos neutros, da FEB e propagados pelas suas associações, favoreceram a permanência da mesma elite no poder durante a estruturação e manutenção da república. Como aponta Faoro (2000), a exclusão de uma ampla camada da população do processo de formação da nação impediu a constituição de uma sociedade civil verdadeiramente livre e consciente.

Essa neutralidade do discurso espírita, favoreceu um “parasitismo político” (Faoro, 2000, p. 15), onde uma classe governante ou elites políticas prosperam às custas da população. Levando essa população, a buscar um líder que lhe traga esperanças, em uma simbiose em que “o povo quer a proteção do Estado, parasitando-o, enquanto o Estado mantém a menoridade popular, sobre ela imperando. No plano psicológico, a dualidade oscila entre a decepção e o engodo” (Faoro, 2000, p. 881).

Dentro de um cenário nacional em que o governo Vargas tomou ideias fascistas apenas como uma estratégia de controle social e econômico a FEB buscou alinhar-se, de forma sutil, com o *ethos* conservador predominante no Brasil ditatorial varguista.

Segundo estudos de Lewgoy (2008), nos anos 1930, a FEB combinou o nacionalismo e profetismo, levando a doutrina conseguir mais espaço, graças, em parte, ao trabalho do médium e Francisco Cândido Xavier angariando espaços dentro da política nacional.

Com o lançamento do livro *Brasil, coração do mundo, pátria do evangelho*, do espírito Humberto de Campos, psicografia pelo médium Francisco Cândido Xavier, pela FEB em 1938, favoreceu a contextualização política do período, incluindo a sua utilização por discursos conservadores e anticomunistas.

Nesta época de confusão e amargura, quando, com as mais justas razões, se tem, por parte, a triste organização do homem econômico da filosofia marxista, que vem destruir todo o patrimônio de tradições dos que lutaram e sofreram no pretérito da humanidade, as medidas de repressão e de segurança devem ser tomadas a bem das coletividades e das instituições, a fim de que uma onda inconsciente de destruição e morticínio não elimine o altar de esperanças da pátria. Que o capitalismo, visando a própria tranquilidade coletiva, seja chamado pelas administrações ao debate, a incentivar com os seus largos recursos a campanha do livro, do saneamento e do trabalho, em favor da concórdia universal (Campos, 1938, p. 236).

Esta obra não tem como foco uma análise crítica dos fatos históricos do Brasil e do cenário mundial. Em vez disso, ela apresenta uma narrativa espiritual que interpreta o desenvolvimento da nação brasileira de uma forma mística e teleológica.

Afirma, ainda, o volume que o Brasil tem uma missão coletiva de evangelização e de difusão do Evangelho, colocando o país em um papel de destaque no plano espiritual.

Nosso objetivo, trazendo alguns apontamentos à história espiritual do Brasil, foi tão-somente encarecer a excelência da sua missão no planeta, demonstrando, simultaneamente, que cada nação, como cada indivíduo, tem sua tarefa a desempenhar no concerto dos povos. [...]. Dentro dessa ação pacífica de educação das criaturas, aliada à prática genuína do bem, repousam inopinada das instituições, impondo à Natureza, que não dá saltos; é, sim, a regeneração e o levantamento moral dos homens, a fim de que essas mesmas instituições sejam espontaneamente renovadas para o progresso comum (Campos, 1938, p. 164).

O livro em questão argumenta que a transformação das instituições acontece de maneira gradual, por meio de ações pacíficas e educacionais, aliadas à prática do bem.

Essa mudança não é abrupta, mas ocorre através da regeneração e do aprimoramento moral dos indivíduos, promovendo uma renovação espontânea que impulsiona o progresso coletivo.

A partir de dados colhidos no plano espiritual a obra

revisa a História nacional pois assim finca as bases do espiritismo no país que viria a ser o que mais apresenta adeptos da religião no mundo a partir do século XXI. O discurso de que o espiritismo pertence ao Brasil e de que o Brasil só será grande caso aceite a verdade espírita permeia todo o livro. A posição política do movimento espírita se acentua a partir do momento em que o livro é publicado, aproximando espíritas de um estado centralizador, e convocando as organizações que falavam pelo espiritismo a transmitir seus respectivos capitais simbólicos nas mãos da Federação Espírita Brasileira, projeto esse que será concretizado, redefinindo o fazer e a crença espírita no país com a afirmação do Pacto Áureo de 1949 (Holanda, 2004, p. 14).

No entanto, essa visão incentiva um discurso neutro da FEB, ao mesmo tempo em que esta omite as profundas desigualdades sociais, os conflitos raciais e fundiários, além do sistema escravocrata que imperou nas terras da América portuguesa, entre outros fatores que marcaram e ainda marcam a história brasileira.

Edificada durante o período do Estado Novo (1937-1945), em um contexto que o nacionalismo e a construção de uma identidade nacional forte estavam em alta, a FEB e sua religião, foram tolerados pelo Governo Vargas, que de causas a efeitos identificava nele as raízes europeias e suas pretensões científicas e moralizantes, foi mais bem aceito pelas elites e, em certa medida, pois

se outros povos atestaram o progresso, pelas expressões materializadas e transitórias, o Brasil terá a sua expressão imortal na vida do espírito, representando a fonte de um pensamento novo, sem as ideologias de separatividade, e inundando todos os campos das atividades humanas com uma nova luz (Campos, 1938, p. 11).

A narrativa de missão espiritual, os argumentos contidos no livro contradizem o *Livro dos Espíritos*, que destaca a evolução espiritual como uma jornada coletiva e universal, sem privilégios ou missões especiais para nações. Existe, então, um embate entre a hermenêutica doutrinária das ideias conservadoras do roustainguismo e as ideias progressistas de Hippolyte Léon Denizard Rivail. A obra *Brasil, Coração do Mundo, Pátria do Evangelho* posiciona o Brasil como uma nação predestinada, o que contraria a visão universalista do Livro dos Espíritos.

Ao analisar esta concepção dos praticantes do espiritismo brasileiro, segundo a conceituação de Oakeshott (2014), conclui-se que esta disposição conservadora se origina de uma disposição de caráter, refletindo um modo de ser e de se relacionar com o outro, o mundo e a realidade, antes de qualquer inclinação política ideológica.

Para o autor, conservadorismo é uma forma particular de enxergar a vida e a política, que prioriza o respeito pelo que já existe e foi conquistado, em vez de buscar transformações radicais. No cerne desse pensamento estão a prudência, o respeito às tradições e a valorização da experiência prática, adotando uma postura cautelosa em relação a mudanças e inovações.

Em outra medida, estes integrantes espíritas reforçam um *status quo* ao fornecer uma justificativa moral, embasada por um entendimento próprio de partes destacadas do contexto do *Livro dos Espíritos*, para a manutenção de uma ordem social, por meio de uma explicação de um certo “determinismo e de que as desigualdades sociais são frutos de karmas passados” (Gomes, 2023, p. 13214).

Isso posto os desafios, dificuldades e sofrimentos que o indivíduo enfrenta, na vida atual, podem ser explicados como resultados de atos passados, ou seja, estes seres humanos estão sendo punidos pelas más tendências pretéritas. Estes pontos desvirtuam a própria “Lei de Causa e Efeito” (Kardec, 2013, p. 115), do *Livro dos Espíritos*, compreendida como uma lei de justiça divina, não é punitiva, mas educativa.

Compreende Stoll (2003, p. 98) que a ideia das desigualdades sociais explicada como resultado de “karmas passados” é um exemplo de como o espiritismo foi reinterpretado para justificar a manutenção da ordem social, oferecendo uma explicação moral que desincentiva a contestação da estrutura social vigente.

Atualmente, observa-se que, para preservar uma ordem em que os fins justificam os meios, segundo Maquiavel (1469-1527), alguns adeptos da religião espírita brasileira acreditam que, para manter a paz social, o governante pode adotar atitudes conservadoras e até tirânicas.

Essa perspectiva enfatiza a importância de valores como a hierarquia, DEUS acima de tudo, a moralidade e o papel central da família, alinhando-se com as concepções mais conservadoras da sociedade brasileira.

Alerta Incontri (2001, p. 118), em seus escritos sobre educação e espiritismo, para o perigo de usar os textos espíritas como justificativa para a conformidade social, ao

invés de um meio para promover mudanças estruturais que combatam as desigualdades e promovam a justiça, o que evidencia uma corrente em oposição a este conservadorismo espírita.

No entanto, a partir de espíritas insatisfeitos com os rumos definidos pela postura centralizadora da FEB, como exemplificado pelas críticas do intelectual espírita Herculano Pires em 1942 à atuação da instituição (Camurça, 2021, p. 157), emerge uma tensão que transcende o campo doutrinário, adentrando a esfera hermenêutica entre conservadorismo e progressismo.

Para Franklin Felix (2021) apesar do espiritismo brasileiro não fazer “nenhuma acepção de pessoas ou pregue qualquer tipo de discriminação, muitos/as trabalhadores/as e frequentadores/as de casas espíritas ainda são rotulados e excluídos por suas ideologias políticas, condição socioeconômica e por questões de sexualidade e/ou gênero, por exemplo” (Felix, 2021, p 1).

O que torna interessante o “Manifesto de Espíritas Progressistas por Justiça, Paz, Democracia e #EleNão”, lançado em 2018, como posicionamento dos espíritas progressistas contra as práticas adotadas durante a campanha eleitoral para a presidência da República naquele ano

[...] como espíritas, acreditamos que o Brasil – e o mundo – atravessa um momento de profunda crise em diversos aspectos (migratória, representativa, ética, política, social, jurídica, humanitária, climática, cultural, econômica etc.) e cabe a nós contribuímos, de maneira solidária, assertiva e contundente, para o restabelecimento da paz, da justiça, da fraternidade e do bem viver (Felix, 2021, p. 5).

Como espíritas, partimos da compreensão de que estamos em um estágio de provas e expiações, onde crises e desafios são parte do processo evolutivo tanto individual quanto coletivo. O trecho destaca que estamos atravessando uma crise multifacetada, abrangendo diversos aspectos essenciais para a convivência e o equilíbrio global e como essa visão é compatível com o entendimento espírita de que os desafios enfrentados pela humanidade são oportunidades para aprendizado e progresso moral.

Contribuir de maneira solidária significa estender apoio a todos os que sofrem, independente de origem, crença ou condição, reconhecendo a igualdade espiritual de todos os seres humanos. Agir de forma assertiva envolve defender valores éticos e espirituais com firmeza, sem omissão ou indiferença. Já a atitude contundente exige

coragem para enfrentar injustiças e contribuir para soluções que promovam o bem comum, mesmo que isso implique em ir contra interesses egoístas ou forças conservadoras.

Assim, ao chamarmos para o restabelecimento da paz, da justiça, da fraternidade e do bem viver, reforçamos nosso compromisso com a construção de uma sociedade mais harmoniosa e alinhada aos princípios do Livro dos Espíritos, contribuindo para a regeneração moral e espiritual do mundo.

Considerações finais

A modernidade iluminista, como marco na historiografia ocidental, promoveu valores racionais, um progresso científico e a autonomia individual, princípios transformadores das estruturas sociais e políticas, que acarretou profundas alterações no sistema vigente.

O Iluminismo propôs um mundo regido pela razão e pela busca contínua do conhecimento, oferecendo uma visão de emancipação intelectual e social. Em ação contrária, surgiram correntes que buscavam preservar tradições para proteger estruturas sociais consideradas essenciais para a coesão e estabilidade social. O conservadorismo emergente se posicionou, muitas vezes, contra o que percebia como excessos do racionalismo iluminista, temendo que a ênfase na razão pudesse enfraquecer princípios morais, religiosos e culturais.

Esse conflito entre mudança e preservação continua a influenciar debates contemporâneos, mostrando que o equilíbrio entre inovação e tradição é essencial para o desenvolvimento sustentável de qualquer sociedade. Ambos os movimentos, com suas contribuições e limites, são peças fundamentais para compreender a dinâmica histórica e os desafios do mundo atual.

O Espiritismo no Brasil é um fenômeno complexo, que combina os aspectos progressistas de sua doutrina com as influências da cultura local e valores tradicionais. Embora tenha o potencial de promover mudanças morais e espirituais, sua prática nem sempre segue integralmente os ideais progressistas, revelando uma tensão entre os princípios universais da doutrina e as particularidades socioculturais do Brasil. Essa dualidade reflete um processo de adaptação e resistência às transformações sociais e culturais do país.

Embora o espiritismo brasileiro, enquanto doutrina, mantenha sua postura de neutralidade política, essa neutralidade muitas vezes se vê desafiada pelo apoio de diversos espíritas a posições políticas conservadoras e autoritárias. Isso se deve, em parte, à forte presença de valores conservadores dentro de uma parcela significativa da sociedade brasileira, incluindo dentro do movimento espírita, onde muitos adeptos da religião se identificam com discursos que exaltam a ordem social, a moral tradicional e a estabilidade política.

No entanto, a adoção de posturas políticas conservadoras por parte de alguns espíritas parece contrariar os princípios fundamentais da doutrina, que preconiza a justiça social, a igualdade e a evolução moral de todos os seres humanos. O Espiritismo, ao pregar a caridade, a fraternidade e a transformação interior, entra em tensão com posturas que, por vezes, sustentam políticas públicas que favorecem a desigualdade social, a repressão e a marginalização de grupos vulneráveis.

A aparente neutralidade coletiva da religião, portanto, muitas vezes se traduz em uma acomodação às realidades sociais e políticas vigentes, sem um enfrentamento claro das questões estruturais que comprometem os ideais espíritas de justiça social e progresso moral. Esse cenário também revela que, enquanto o Espiritismo se apresenta como uma doutrina que busca a transformação interior do ser humano, suas práticas institucionais e a postura de seus adeptos, em muitos casos, falham em refletir de maneira consistente os valores de igualdade e solidariedade.

Este artigo não tem a pretensão de esgotar ou abraçar o assunto de maneira definitiva, mas visa apresentar uma análise inicial e reflexiva sobre as questões levantadas, reconhecendo a complexidade do tema e a necessidade de aprofundamento em futuras investigações.

Referências bibliográficas

ALONSO, Ângela. *Ideais em movimento: a geração 1870 na crise do Brasil Império*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

AUBRÉE, Marion; LAPLANTINE, François. *A mesa, o livro e os espíritos*. Gênese, evolução e atualidade do movimento social espírita entre França e Brasil. Maceió: EdUFAL, 2009.

BURKE, Edmund. *Reflexões sobre a Revolução na França*. São Paulo: Editorial, 2017.



CAMPOS, Huberto de. (Espírito). *Brasil, coração do mundo, pátria do evangelho*. [Psicografado por] Francisco Cândido Xavier. Rio de Janeiro: FEB, 1938.

CAMURÇA, Marcelo. *Conservadores x progressistas no espiritismo brasileiro: tentativa de interpretação histórico-hermenêutica*. PLURAL, Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP, São Paulo, v.28.1, jan./jun., 2021, p.136-160.

CONDORCET, Jean-Antoine-Nicolas de Caritat. *Esboço de um quadro histórico dos progressos do espírito humano*. Unicamp, 2013.

COUTINHO, João Pereira. *As ideias conservadoras: explicadas a revolucionários e reacionários*. São Paulo: Três Estrelas, 2014.

FAORO, Raimundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. São Paulo: Globo; Publifolha, 2000.

FELIX, Franklin. *Os espíritas na política e a busca de superação da instrumentalização da fé*. Disponível em: <<https://religioepoder.org.br/artigo/os-espíritas-na-politica-e-a-busca-de-superacao-da-instrumentalizacao-da-fe>>. Acessado em 05 Jan 2025.

FERREIRA, Gabriela Nunes; BOTELHO, André. Revendo o pensamento conservador. In: FERREIRA, Gabriela Nunes; BOTELHO, André (Orgs.). *Revisão do pensamento conservador: ideias e política no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 2010.

GIUMBELLI, Emerson. *O cuidado dos mortos: uma história da condenação e legitimação do espiritismo*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1997.

GOMES, Grazielle Reis de Moraes. *Bases do pensamento social espírita kardecista*. Contemporânea, v. 3, n. 8, 2023, p. 13190 – 13221.

GOMES, Adriana. *A liberdade religiosa na desordem e retrocesso: o código penal republicano de 1890 e a perseguição ao espiritismo no Rio de Janeiro (1890-1900)*. Disponível em: <<https://www.cih.uem.br/anais/2011/trabalhos/13.pdf>>. Acessado em 15 Jul 2015.

HOLANDA, Emanuel Antunes da Silva. *O movimento espírita brasileiro na década de 1930: a obra “brasil, coração do mundo, pátria do evangelho” como instrumento de unificação e legitimação política*. Disponível em: <https://www.historiaeparcerias.rj.anpuh.org/resources/anais/19/hep2021/1635520808_ARQUIVO_709e728bf95468148610662ca8b67361.pdf>. Acessado em 15 Jul 2014.

INCONTRI, Dora. *Pedagogia Espírita: Um Projeto Brasileiro e suas Raízes Histórico-Filosóficas*. 2001. 340 f. Tese (Doutorado em História e Filosofia da Educação) – São Paulo: USP, 2001.

KANT, Immanuel. *Resposta à Pergunta: Que é “Esclarecimento” [“Aufklärung”]? ** In: Immanuel Kant Textos Seletos. Edição bilíngue. Tradução de Floriano de Souza Fernandes. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1985.



KANT, Immanuel. *Crítica a razão pura*. Tradução Kritik Der Reinen Vernunft. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 2001.

KARDEC, Allan. *O livro dos Espíritos*. Tradução de Guillon Ribeiro. Brasília: FEB, 2013.

KARDEC, Allan. *O livro dos Médiuns*. Tradução de Guillon Ribeiro. Brasília: FEB, 2003.

KARDEC, Allan. *Revista espírita: jornal de estudos psicológicos*. Tradução de Evandro Noleto Bezerra. Rio de Janeiro: FEB, [1861].

LEWGOY, Bernardo. *A transnacionalização do espiritismo kardecista brasileiro: uma discussão inicial*. *Religião e Sociedade*, Rio de Janeiro, v 28, n.1, 2008, p 84-104,

MATOS, Alessandro Nicoli. *Conservadorismo: entenda o conceito em 4 pontos*. Disponível em: <<https://www.politize.com.br/autores/alessandro-nicoli-de-mattos/>>. Acessado 23 Fev 2023.

MIGUEL, Sinuê Neckel. *Disposições políticas no espiritismo brasileiro: entre “neutralidade” conservadora e aspirações socialistas*. *SÆCULUM – Revista de História* [v. 25, n. 42]. João Pessoa, p. 86-104, jan./jun. 2020.

MERCADANTE, Paulo. *A consciência conservadora no Brasil: contribuição ao estudo da formação brasileira*. Rio de Janeiro: Saga, 1965.

NISBET, Robert. *O conservadorismo*. Tradução M. F. Gonçalves de Azevedo. Lisboa: Editorial Estampa, 1987.

OAKESHOTT, Michael. *Ser conservador*. Tradução Rafael Borges. Gabinete de Estudos Gonçalo Begonha, 2014. Disponível em: <http://portalconservador.com/livros/Michael-Oakeshott-Ser-Conservador.pdf.html>. Acesso em: 05 ago. 2024.

ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira e identidade nacional*. São Paulo: Brasiliense S. A., 1985.

ORTIZ, Fernando. *Contrapunteo cubano del azúcar y del tabaco*. Havana: Editorial de Ciencias Sociales, 1983.

PIRES, José Herculano; FILHO, Júlio Abreu. *O verbo e a carne: duas análises do roustainguismo*. São Paulo: Paideia, 1972.

PEREIRA, Francisco Jomário. *O espiritismo brasileiro: uma produção discursiva*. *Revista Tabuleiro de Letras*, v. 14, n. 02, 2020, p. 229-240.

ROUSTAING, J. B. *Os quatro evangelhos*. Tradução Paulo Neto. Londrina: EVOC, 2021.



SALLES, Ricardo Henrique. *O Império do Brasil no contexto do século XIX*. Escravidão nacional, classe senhorial e intelectuais na formação do Estado. Almanack. Guarulhos, n.04, p.5-45, 2012.

STOLL, Sandra Jacqueline. *Religião, ciência ou auto-ajuda?* Trajetos do Espiritismo no Brasil. Antropologia, São Paulo, USP, 2002, V. 45 n° 2, p. 361 - 402.

STOLL, Sandra Jacqueline. *Espiritismo à brasileira*. São Paulo: Orion, 2003.